



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 8ª Reunião da CPI dos Combustíveis, da 1ª sessão Legislativa, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida no Plenário Senador Humberto Lucena, da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 03 dias do mês de dezembro de 2025.

Composição da Mesa

Presidente

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)

Primeiro-Secretário

Vereador Fábio Nóbrega Lopes (PL)

Relator da CPI

Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP)

Demais componentes

Joacir Urbano Pergira – Auditor-Fiscal da Secretaria da Fazenda – PB,
Antonio Carlos Borges Sertão – Auditor-Fiscal da Secretaria da Fazenda – PB,
Júnior Pires – Secretário do Procon.

Participante de forma virtual:

Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guginha Moov Jampa (PSD)

Lista de participantes em plenário

Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)
Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS)
Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)

Às 11h02, **o Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão**, disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão”. Com a palavra, o Sr. Primeiro-Secretário compôs a mesa com os convidados e registrou a presença da Sr.^a Roseli Chaves. Em seguida, o Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão, colocou em votação a ata da 7ª sessão da CPI, que foi aprovada. Em questão de ordem, **o Sr. vereador Tarcísio Jardim, relator da CPI**, disse: “Só para deixar constado em ata, nos anais dessa Casa, que a rede de Postos Expressão não compareceu a convite. Não compareceu a convocação, se negou a receber documento, pessoalmente, dos integrantes do gabinete nosso, de vereadores, de integrantes dessa Comissão. E aqui eu deixo solicitado à Polícia Civil e ao Ministério Público



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

a responsabilização pela rede de Postos Expressão pelo crime de desobediência. Essa Comissão não é uma brincadeira, isso aqui. A gente não está fazendo um circo e querendo aparecer com o trabalho dessa Comissão, não. Então essa rede de postos tem que respeitar os vereadores dessa Comissão, que foram eleitos pela população dessa cidade, respeitar essa Casa e respeitar a força de uma CPI. Então já deixo aqui, isso vai ser oficiado à Comissão, vai ser oficiado às instituições para que se responsabilize por ter se negado a, pelo menos, estar aqui presente. Então, quem não deve não teme, e não tinha por que se negar a estar presente na nossa Comissão”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão** colocou em votação a solicitação do Sr. vereador Tarcísio Jardim, e foi aprovada. Em seguida, passou a palavra aos integrantes da Comissão para que formulassem perguntas aos convidados.

O Sr. vereador Valdir Trindade iniciou as indagações dizendo: “Eu queria fazer aqui duas perguntas aos nobres amigos da Secretaria da Fazenda. Sr. Antonio Carlos, com base no banco de dados ou nos bancos de dados da Sefaz, a Secretaria já identificou, nos últimos 12 meses, movimentos simultâneos de aumento ou redução de preços em diversos postos de João Pessoa, sem justificativa clara em variação de tributos ou de preços nas refinarias ou distribuidoras?”.

O Sr. Antonio Carlos Borges disse: “Bom dia a todos. Meu nome é Borges. Eu sou auditor aqui da Sefaz Paraíba há 17 anos, que trabalha no segmento de combustíveis. E esse tipo de pergunta que você está fazendo, nós temos um convênio com a UEPB da Paraíba, de Campina Grande, e temos um sistema de monitoramento dos postos de combustíveis. O propósito não é em relação aos preços que são praticados, é em relação ao pagamento do ICMS e também se tem algum recebimento de produto, de etanol hidratado, de gasolina ou de diesel sem cobertura de documento fiscal. Em relação aos preços, seria preciso que vocês fizessem um encaminhamento, um ofício, direcionado ao secretário Marialvo, que eles encaminhariam para a gente, para gente ver em relação aos preços. Até porque, quando tem variações de preço da refinaria para distribuidora, depois que é vendida para os postos de gasolina, vocês sabem que ainda tem um remanescente dos postos ainda, porque ainda tem combustível que tem volume ainda com preços que estão antigos. Então você tem que fazer uma média para saber se realmente o preço que foi praticado, está em consonância com o valor que ele está comprando, o lucro que ele está obtendo, tal, aí teria que fazer um estudo. Isso aí, quem fazia isso aí muito para a gente era o Ministério Público, que encaminhava isso pra gente. Não sei se vocês lembram, na época que eu entrei no Fisco em 2007, em 2008 foi deflagrada justamente uma CPI envolvendo esse caso de cartéis, tal, e eles encaminhavam para a gente fazer uma análise, para a gente pegar um lapso temporal, por exemplo, 3 meses, 6 meses, para saber quando houve o aumento e para saber o lucro que eles tinham antes do aumento e o lucro, se eles aumentaram o lucro deles, a margem. Aí tem que fazer um ofício para Sefaz solicitando isso, que eles vão encaminhar para a nossa gerência e a gente faz esse estudo. Não tem como a gente verificar assim de pronto os preços, porque isso é tudo embutido na nota fiscal. Tem que avaliar a nota fiscal que saiu da refinaria para a distribuidora e da distribuidora para o posto de gasolina”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “A outra pergunta é o seguinte, apesar que deixou bem esclarecido esses detalhes, a Sefaz, o senhor tem conhecimento se chegou a produzir relatórios ou estudos internos sobre a composição dos preços de combustíveis e possíveis anomalias em



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

João Pessoa? Em caso afirmativo, a Secretaria se dispõe a encaminhar à CPI. Essa atuação é com vocês?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Não, em relação a preço, não. Nós não fazemos isso. Quando o Ministério Público ou você, da CPI, encaminha o ofício, a gente faz esse tipo de tratamento, algum processo judicial específico. O nosso foco, o foco da Sefaz é o ICMS. Se aquele combustível que ele está vendendo no posto de combustível está realmente com documento fiscal comprobatório. Em relação aos preços, nós não fazemos esse tipo, o Procon que faz realmente, o Procon que fazia esse tipo de monitoramento e repassava para a Sefaz”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** indagou: “E repassava para a Sefaz?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Não, não repassa. Em relação que o preço do combustível aumentou na refinaria ou diminuiu da refinaria e os postos não diminuiram, isso aí o Procon que notifica os postos para eles justificarem porque a refinaria baixou os preços e eles não baixaram o preço. Isso aí não é em relação à gente. A gente faz mais monitoramento, monitoramento fiscal em relação aos documentos fiscais, se está sendo pago o ICMS, tudo certinho”. **O Sr. vereador Fábio Carneiro** disse: “Muito bom dia, Presidente, senhores membros da CPI dos combustíveis, convidados auditores da Receita Estadual. As minhas indagações são, eu vou formular três, para eu tentar aqui esclarecer na minha mente algumas dúvidas que eu tenho sobre essa questão da sonegação, essa ligação que existe de cartel com sonegação, para ficar mais claro, inclusive, para ser colocado no relatório do eminente relator, o vereador Tarcísio Jardim. A receita dispõe de mecanismos para cruzar dados entre notas fiscais de distribuidoras, transportadoras e postos? Esse cruzamento revelou inconsistências em algum momento? Quantos autos de infração foram lavrados especificamente contra postos ou distribuidoras em João Pessoa, nos últimos 3 anos? Há postos na capital classificados como alto risco fiscal? Quantos e por quê? Se existem esses postos que têm esse alto risco fiscal, que eu acredito que a Receita tem uma análise de postos que podem incorrer algumas vezes em sonegação, porque, na minha mente, pode ocorrer justamente, os empresários que sonegam impostos, eles podem realizar cartel. Então eu acredito que uma coisa esteja ligada à outra, na minha cabeça. Então essa ligação, no meu entendimento, é muito importante, Presidente e relator, porque nós vamos fazer essa conexão, deixar bem claro no nosso relatório e passar para as autoridades competentes para que elas também tomem as providências devidas se existe realmente essa ligação de sonegação com o cartel. Eu queria que Vossa Excelência me desse luz e respondesse essas perguntas. Muito obrigado”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Primeiramente, a gente tem que deixar bem claro cada função de cada órgão aqui do estado. Essa parte de qualidade de combustíveis quem faz é a ANP. A parte de aferição das bombas quem faz é o Inmetro. O fisco estadual, ele vai fazer a parte dos documentos fiscais em relação à sua negação fiscal. Então, o que acontece? O combustível tem uma particularidade, qual? O ICMS do diesel e da gasolina já é recolhido pela refinaria, na venda da refinaria para a distribuidora. Então o posto não vai sonegar imposto. O que o posto pode fazer é ele receber algum produto sem documento fiscal. Já o etanol hidratado, que é o álcool que a gente coloca no carro da gente, no carro flex, ele vem da usina para a distribuidora e vem para o posto. Nesse caso, o ICMS é recolhido na venda da distribuidora para o posto. Então o posto, quando ele recebe, todo o combustível que o posto recebe já tem o ICMS recolhido. Então o cruzamento que nós fazemos é justamente esse, todo combustível que o posto recebeu e o combustível que ele vendeu, o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

batimento que a gente faz é justamente esse. Ou ele comprou sem nota, ou ele comprou a mais, ele vendeu a mais do que ele comprou. Então ele comprou algum combustível sem nota. Nosso trabalho é esse. E em relação aos autos de infrações, você perguntou quantos autos de infrações e são vários auditores lá no segmento. Você teria que fazer um ofício para a gente fazer o levantamento de quantos autos de infrações. Mas, geralmente, esses autos de infrações que nós fazemos não é em relação à quantidade de combustível, é em relação à nota fiscal não lançada. Eles esquecem de lançar nota fiscal na FDD, na estruturação fiscal digital, e aí a gente multa por falta de obrigação acessória. Em relação, você falou, se tem postos que tem alto risco. Não, a gente não faz esse monitoramento. A gente faz esse monitoramento em relação a auto de infração, postos de combustíveis que frequentemente cai produto sem notas fiscal, então ele já cai na malha fina, mas em relação a se existe um acompanhamento de posto tal, não, o acompanhamento a gente não faz em relação a esses postos de gasolina assim, não. Tem posto que tem alto risco, tem posto que tem baixo, a gente não faz esse tipo de acompanhamento”. **O Sr. vereador Fábio Carneiro** disse: “Só uma dúvida aqui, porque essa semana passada, nós tivemos uma grande operação lá no estado de São Paulo, que foi referente a uma distribuidora por conta justamente de sonegação. E eu fiquei um pouco preocupado também, justamente se existe a probabilidade do mesmo tipo de sonegação existir aqui conosco. Uma grande operação que teve, inclusive, do governo de São Paulo, e os seus proprietários foram presos. Acho que vocês tomaram conhecimento disso. Então, pelo que você disse, vocês batem justamente essa questão do combustível lançado da distribuidora para o posto, se estiver faltando, é como fosse um controle de estoque, é isso? Se tiver uma diferença vocês vão lá e cobram o imposto e se for grave vão autuar. É isso?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Por exemplo, o posto Pichilau, a gente pega aquela inscrição estadual e vai ver todas as entradas de notas fiscais e vai pegar todas as saídas, e vai pegar o estoque dele, o inicial e o final, vai ter que bater. Se não bater, tem alguma coisa errada. Então, ele pode ter o estoque a descoberto ou pode ter estoque a maior. É, o trabalho da gente é justamente esse daí. Se aquela nota, se aquele combustível não tiver acobertado de nota fiscal, a gente vai notificar o posto para ele justificar como ele recebeu aquele combustível. Se não, ele vai ter que pagar o ICMS em cima daquilo”. **O Sr. vereador Fábio Carneiro** disse: “No caso, se a distribuidora não recolher o imposto, vai incorrer em crime tributário, no caso”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Deixe-me explicar para o senhor. Existe um sistema, o combustível é um bem peculiar, que todos os outros segmentos é tudo repartição de receita, que vai acabar o ano que vem com a reforma tributária, vai ser para o destino, então vai acabar com essa repartição de receita. O combustível tinha uma particularidade que a própria Constituição diz que é o princípio do destino. Então todo diesel consumido na Paraíba, não interessa se vem do Rio Grande do Sul, se vem de Pernambuco, aquele ICMS pertence à gente, a gente vai cobrar. Então quando você fala de sonegação, é muito difícil. Por que é difícil? Aquilo ali que o senhor está falando foi outra coisa. Na verdade, o que aconteceu ali, o pessoal estava importando nafta, que é um produto que eles estavam importando como nafta, mas, na verdade, eles estavam colocando como se fosse gasolina. Então eles importavam produto que praticamente o ICMS é muito baixo, e o ICMS da gasolina hoje é 1,47. Então eles estavam sonegando imposto e vendendo como se fosse gasolina. Tem até refinaria envolvida nisso aí tudo. Então, existe um sistema de captação



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

e auditoria dos anexos combustíveis, que é o *scan*, que é um programa que foi desenvolvido pelo CFAR de Minas Gerais. O que é que esse sistema faz? Como é princípio do destino, quando a refinaria vende para a distribuidora, a distribuidora vende, pode vender para outra distribuidora. Todas essas distribuidoras e refinarias, elas têm que informar nesse sistema para quem foi vendido. Porque quando a refinaria vende para Pernambuco o combustível, ela pensa que aquele combustível vai ser consumido em Pernambuco. Então ela chega no *scan* e diz: ‘Olhe, a Refinaria Petróleo Brasileiro S/A vendeu 1 milhão de litros para distribuidora Vibra Energia S/A’. Ela calcula o imposto todo para Pernambuco, que teoricamente vai, eles pensam que aquele combustível vai ser consumido em Pernambuco, mas a refinaria de Pernambuco vende a Paraíba. Como é que a gente vai receber esse imposto se a refinaria recolheu tudo para Pernambuco? Aí existe esse sistema de captação que essa distribuidora de Pernambuco, essa Vibra, quando manda o aparelho, vai dizer lá no sistema: ‘Olhe, daquele 1 milhão de litros que eu recebi, lá da refinaria, não consumiu todo 1 milhão lá, não. Mandeí 500.000 para a Paraíba, mande esse imposto para a Paraíba’. É por isso que estou dizendo ao senhor que é muito difícil uma distribuidora sonegar imposto, porque o combustível que ela vende é todo recolhido imposto pela refinaria. Então a Paraíba já vai receber aquilo ali, dia 5 ela recebe as informações, dia 10 do próximo mês ela repassa para o estado da Paraíba. Nosso trabalho é justamente verificar lá no sistema *scan* se essa informação consta no sistema, porque se por acaso uma refinaria, uma distribuidora dessa não informar, o estado da Paraíba perde aquele time. Até o horário, para você ter uma ideia, até o horário influencia, porque quando a distribuidora de Pernambuco vem para uma distribuidora da Paraíba, essa distribuidora da Paraíba, ela tem que informar depois dessa da Paraíba. Essa da Paraíba vai informar para a distribuidora Pernambuco e essa vai variar. Se não tiver esse horário, essa distribuidora não recebe essa informação e quando ela passa para a refinaria, ela não vai ter essa informação de que vendeu 500.000 l para Paraíba. Aí, a gente perde esse dinheiro, esse valor de ICMS, entendeu? Então é muito difícil uma distribuidora sonegar imposto. É muito difícil. Pode acontecer, pode, mas é um caso isolado. Receber uma nota fiscal de uma usina de álcool hidratado sem nota fiscal, aí pode acontecer, mas é muito difícil”. **A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho** disse: “Sr. Borges, eu gostaria que o senhor explicasse qual é a atual política do ICMS sobre gasolina, etanol e diesel na Paraíba”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “A partir de 2000, final de 2022 para 2023, houve uma mudança significativa em relação ao diesel e a gasolina. O álcool hidratado, que é o etanol hidratado, ainda não teve mudança, porque ainda vai ter uma mudança com a Reforma Tributária, todos vão ficar em uma incidência monofase. Mas eu vou explicar o que acontece. Antigamente, era substituição tributária. A refinaria vendia para a distribuidora o diesel e a gasolina e a refinaria faziam a retenção de todo o imposto. Mas independentemente para onde aquela distribuidora vendesse, cada estado tinha o seu PMPF. O que é o PMPF? Preço médio ponderado a consumidor final. Todos os postos da Paraíba têm o seu preço de venda, certo? O estado da Paraíba é dividido em cinco regiões. A gente divide, foi a gente, não, o estado dividiu em cinco regiões. João Pessoa e região metropolitana é a primeira região. Segunda região: Guarabira e Cidade. Terceira: Campina Grande. Quatro: Patos. Cinco: Souza. Por quê? Porque isso tem que ser ponderado. O combustível consumido em João Pessoa é muito maior que o consumido lá em Patos, lá em Campina Grande. Então vai ter a ponderação,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vai ver qual foi a quantidade total vendida no estado da Paraíba por região e vai ponderar. Um exemplo, João Pessoa esse ano vendeu 60% da gasolina da Paraíba, foi consumida em João Pessoa. Então ele vai ter um fator de ponderação de 60%. O próprio sistema hoje que tem, antigamente era a gente que fazia esse cálculo. Hoje em dia, o próprio sistema calcula isso. Ele tem as inscrições de todos os postos de combustíveis da Paraíba com a ponderação e ele calcula o PMPF. Isso aí, que é o preço que era vendido e era cobrado na próxima quinzena. O álcool hidratado, o etanol hidratado ainda é vendido assim. Você pega a quantidade de litros que ele vendeu, multiplica por esse PMPF e multiplica pela alíquota dele, que hoje é 15,33. Já em relação ao diesel e a gasolina é o ICMS monofásico. Quando a refinaria vende para a distribuidora a gasolina e o diesel, todo o ICMS dessa operação é recolhido para o estado de domicílio da distribuidora. Então o que acontece? Refinaria, distribuidora, posto de gasolina, consumidor final. Antigamente a gente fazia esse preço final, hoje em dia não. Hoje em dia, o ICMS monofásico, ele é calculado a 1 e 47 centavos por litro, que se chama de alíquota de Reinf. E o diesel é calculado a 1,12, independentemente se o diesel, isso aí é uma alíquota nacional hoje, tanto faz no Rio Grande do Sul como no Amapá, é o mesmo valor, é 1,47. Quando a refinaria vende 1 milhão de litros de diesel para a distribuidora, automaticamente ela multiplica 1 milhão x 1,47, 1.470, já vai fazer o cálculo e vai mandar pro estado de destino daquele combustível. Então o ICMS monofásico hoje é para o diesel e para a gasolina e o ICMS de substituição tributária é para o etanol hidratado”. **A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho** disse: “Quais foram, nos últimos 5 anos, os principais aumentos de tributos, reduções de alíquotas, incentivos fiscais concedidos aos segmentos de combustíveis, incluindo gás natural, etanol, gasolina e diesel? E como essas alterações impactaram a carga tributária e a competitividade de cada um desses mercados?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Vou falar assim, em relação aos combustíveis, benefício fiscal, ele não tem benefício fiscal, combustível, diesel, gasolina, não tem. O único benefício fiscal hoje que existe no estado da Paraíba em relação ao diesel, que está em estudo para aumentar para 100%, é 50% de redução de base cálculo, para as empresas de transporte público. Isso aí é nacional. Isso aí é um convênio e a Paraíba aderiu a esse convênio. Aí, as empresas de transporte público, de ônibus de transporte público, ela tem uma redução no diesel de 50%. Em vez de ela pagar, no caso, 1,12 por litro de diesel, ela vai pagar a metade, 56 centavos, no caso. Tenho também outro benefício que é para as empresas, os barcos pesqueiros, mas eu participo até em reunião, lá em Cabedelo, disso. Infelizmente, a Paraíba está iniciando ainda com esse barco de pesca. Não tem muitos barcos, até porque eles não divulgaram. O Ministério da Pesca está trabalhando e também tem um incentivo na compra de óleo diesel para as embarcações pesqueiras também, 50% de desconto também no óleo diesel”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Dr. Antônio, já baseado em todas as informações que o senhor deu aqui, a primeira pergunta que eu faço é: existe algum indício aqui que houve, por parte de alguma empresa, no caso distribuidora ou posto de combustível? Como é que, na experiência de vocês, eles podem fazer para burlar o estado, trazer um combustível de fora, uma nota fiscal de outro estado? Como é que vocês trabalham para evitar que de repente aconteça alguma fraude e assim uma concorrência desleal no estado da Paraíba? Em termos fiscais?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Em termos fiscais, existe o monitoramento de comando externo em relação a ver se tem alguma mercadoria para um veículo caminhão, para



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

saber se aquela nota fiscal é idônea, tal. Mas em relação a esse monitoramento de sonegação, a gente tem esse convênio com a EPB, o programa do sistema monitoramento é muito bom. Então assim, toda diferença que existe, a gente notifica os postos distribuidores e até agora não houve nenhuma repercussão tributária de grande relevância para esses postos. Como falei para vocês, hoje o grande problema deles é lançamento de notas fiscais na estruturação fiscal digital deles. Em relação à sonegação, a gente ainda não pegou nenhum caso desse tipo, de sonegação dos postos”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Eu faço essa pergunta porque aqui, quando a gente recebeu os donos de postos e distribuidoras, muitos deles têm logísticas diferentes. Alguns têm veículos próprios, outros não, outros preferem tratar diretamente com a distribuidora. Então, fazendo esse apanhado, a gente entende que, de repente, pode ter alguma brecha, que alguém pode trazer algo diferente. Por isso que a gente está perguntando, por mais que o senhor falou que o imposto é cobrado direto na distribuidora, no caso, quem poderia mais sonegar aqui no caso seriam as distribuidoras e não os postos de combustíveis, é isso? Em cima do ICMS”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Exato. Exatamente”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Então, para finalizar, somando isso aí com a sua experiência, de vocês dois, com a experiência da secretaria, o problema maior de João Pessoa é tributário, concorrencial ou de governança do próprio mercado? Como é que vocês poderiam nos ajudar com diagnóstico técnico da Fazenda para explicar então preços tão alinhados aqui de postos de combustível? Se vocês têm algo para contribuir, alguma experiência, obviamente, no campo fiscal, para que a gente possa trazer mais informações para a nossa CPI?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Em relação a esse direcionamento, vocês poderiam fazer um ofício lá para a Sefaz, em relação a quê, em relação aos preços, pra gente pegar, porque são muitas distribuidoras, a gente pegar um número de distribuidoras, pegar o valor que ela está vendendo para os postos de gasolina e pegar o preço que ela está comprando da refinaria para ver se os postos estão mantendo a mesma margem de lucro, entendeu? Por exemplo, a distribuidora está vendendo, por um exemplo, gasolina de R\$ 4, e tem posto que vende a R\$ 4,80, tem posto que vende a R\$ 5,80, ou seja, para ver a margem de lucro desses postos. Aí poderia ser feito nesse sentido, mas em relação ao ICMS, é o que eu falo para vocês, o ICMS é todo monitorado pela gente. O que pode acontecer é em relação ao preço, como você pediu, a gente fazer um monitoramento, fazer um levantamento em relação as distribuidoras, vendendo para os postos e a gente ver a margem de lucro deles. João Pessoa tem 139 postos, é muito difícil fazer de todos, mas pegar um número, sei lá, um número 10%, 5% pra gente fazer, pegar esses postos, pode até ser os maiores postos que tem um volume. E aí saber: olha, o posto tal está comprando de R\$ 4 e está vendendo por R\$ 4,80, mas esse aqui está comprando de R\$ 4 e está vendendo por R\$ 5,20, entendeu? Porque eu acredito que a margem de lucro deles é muito pequena. Por isso que os preços são tão alinhados. E vocês sabem que existe o posto bandeira branca e ... Então, tem posto que você pode comprar de qualquer distribuidora, tem posto que só pode comprar daquela distribuidora. Então eles ficam, né?”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão**, consultou o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa, participando virtualmente da sessão, se ele gostaria de apresentar algum questionamento aos convidados, mas ele disse que já se sentia contemplado com as perguntas formuladas pelos demais vereadores. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “Sr. Antônio, a Sefaz costuma atuar de forma integrada com os Procons e Ministério Público em



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

fiscalizações que envolvem tanto aspecto tributário quanto defesa do consumidor?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Sim, são várias operações que aparecem com o Procon, com o Ministério Público, com a Polícia, justamente porque eles fazem todo o contexto. Um exemplo, a gente está no mês de dezembro, a gente pega o estoque inicial dele de novembro e pega o final, pega as notas fiscais, bem rápido, faz um cálculo para saber se está tudo pago, e o Inmetro faz a vistoria, faz o teste dos combustíveis para ver se o percentual de anidro na gasolina está correto, a aferição das bombas, o Ministério Público, a Polícia, então fazemos, sim, várias operações integradas”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “O senhor recorda, em alguma dessas atuações, se existe alguma irregularidade nessa questão tributária ou de valores e preços dos combustíveis?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Não, geralmente, nas operações que eu participei, foram problemas em relação às bombas de combustíveis: problema de eles não estarem colocando os preços e informando o consumidor. O Procon realmente é mais atuante nessa área. Em relação a combustíveis, sonegação a gente não pegou”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Seu Antônio, a Receita Federal costuma cruzar as notas fiscais recebidas pelos postos com a capacidade física real dos tanques de armazenamento, no caso, distribuidoras? Já houve identificação, aqui na Paraíba, de postos que declaram receber volumes incompatíveis com sua capacidade técnica, o que poderia indicar uma triangulação de entrada de combustível sem nota fiscal?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Falou Receita Federal, no caso seria a estadual, não é? Sim, a gente faz isso, mas todo posto de combustível, quando ele faz o cadastro na ANP, a gente pega o cadastro na ANP, que ele tem e vai dizer qual é a capacidade, qual é o combustível que ele vende. Ah, ele tem um tanque para cinco mil de gasolina comum, cinco mil de aditivada, cinco mil para etanol hidratado, mas, quando você vai ver, geralmente é erro de escrituração, é erro de vírgula e tal, porque não tem condições. Às vezes, o cara bota estoque inicial de quarenta (40) mil, e ele só tem capacidade para dez (10) mil, entendeu? Acontece, mas não pelo fato de ele vender a mais ou querer acobertar um combustível, é porque ele fez a escrituração errada, e quando você coloca a margem certa, você vai ver que não tem erro nenhum no sistema”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Sobre a comercialização de etanol, tem interno aqui na Paraíba, não é isso? A comercialização de etanol”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “O etanol, a Paraíba tem oito usinas e elas vendem diretamente para a distribuidora, e a distribuidora vende para postos. A partir de dois mil e dezessete (2017), o governo autorizou a venda direta de usina para posto. Já foi autorizado”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “É isso que eu gostaria de perguntar. O etanol vendido direto para o posto, internamente, na sua experiência, existe alguém que burle o sistema, com transporte, que pode se misturar na gasolina, que a gente sabe, como é que fica esse trabalho de sonegação em cima de impostos da usina?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Essa parte da usina, o sistema também monitora todo o recebimento do posto direto da usina. Hoje em dia, tem muito pouco movimento de usina vendendo para posto de gasolina, porque é muito melhor para a usina vender para uma distribuidora do que para um posto. É muito mais fácil eu fazer uma venda de cinquenta mil (R\$ 50 mil) ou de quinhentos mil (R\$ 500 mil) do que fazer dez vendas de cinco (R\$ 5 mil) ou cem vendas de cinco (R\$ 5 mil). Para ele, não é interessante. Quando o governo colocou essa venda de usina para posto de gasolina, a intenção era tirar um elo da cadeia, ficaria mais barato, só que não aconteceu, porque o que as distribuidoras fizeram? Compraram todo o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estoque das usinas e aí não tinha como vender para posto de gasolina. Os donos de posto ligavam para a gente: 'Eu não estou conseguindo comprar combustível da usina'. Mas a gente não pode intervir no mercado. E o que acontece é isso: pode acontecer de usina vender para posto? Pode. Quem autoriza isso não é a gente, foi o governo federal, a ANP que autorizou, e esse sistema também é monitorado. Todo o recebimento do posto de gasolina, independentemente se vem da distribuidora ou da usina, é monitorado". **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: "Só para finalizar, na venda da usina para o posto, quem recolhe o ICMS?". **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: "A mesma coisa, ela tomou a atribuição da distribuidora. Enquanto no diesel e na gasolina, quando a refinaria vende para a distribuidora, ela recolhe todo o ICMS da cadeia; quando a usina vende para a distribuidora o álcool hidratado, não tem cálculo nenhum de ICMS-ST; quando a distribuidora vende para o posto, quem paga é a distribuidora. Já quando a usina vende diretamente para o posto, ela vai funcionar como distribuidora, ela vai calcular todo o ICMS da operação e recolher". **O Sr. relator, vereador Tarcísio Jardim** disse: "Obrigado, Presidente. Só para constar, eu estava conversando aqui com o secretário, com Júnior Pires, e ele estava me falando que os donos de postos, inclusive, falaram que não conseguem comprar diretamente das distribuidoras porque falta uma regulamentação para isso ainda". **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: "É que falta regulamentação; a ANP já autoriza a venda de usina para posto de gasolina, isso aí já tem desde 2017. O problema é o que eu falei para vocês: é muito melhor para a usina vender para uma distribuidora 100.000 litros, que é uma venda direta, do que ela vender para 10 postos de gasolina, cinco caminhões, com caminhão com 5.000 litros cada um. Então ela vai emitir 10 notas fiscais, entendeu? E o que aconteceu, que eu falei para você, as usinas e as distribuidoras compraram todos os estoques. A distribuidora comprou todo o estoque das usinas para justamente não sobrar espaço para ela vender para posto de gasolina, entendeu? Foi uma briga de mercado que houve, mas tem regulamentação, sim: já pode vender, a usina já pode vender diretamente para posto de gasolina". **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: "Entendi. Então vamos lá: como é que está sendo dada essa fiscalização sobre as emissões de notas, a NFCE, por parte da Sefaz, e os postos de combustíveis?". **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: "O estado fez um convênio com a UEPB de Campina Grande. Existe um sistema de monitoramento de postos e combustíveis. Todos os 964 postos do estado da Paraíba; são 139 só aqui em João Pessoa. Esses postos, todas as notas fiscais de entrada desses postos emitidas, o sistema capta do sistema ATF da gente, que é o sistema de arrecadação, tributação e fiscalização, capta a entrada e capta a saída, faz um confronto; tem um estoque inicial, eu tenho um confronto, as notas de entrada, saída e tem um estoque final. Vai ver esse estoque, se realmente esse estoque que está dando é o que está sendo declarado nele na FD. Se não for, se tiver diferença, existe uma diferença de 0,6% pela NP; se estiver fora, a gente cobra; se não estiver, se estiver tudo em ordem, a gente não cobra nada". **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: "Isso, por acaso, aquele dossiê contábil que os postos têm a obrigação de emitir, isso serve também como maneira comprobatória para fazer o confronto?". **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: "Com certeza. Aquilo ali é uma declaração dele". **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: "Porque ali ele tem que bater: se ele tem um fluxo de entrada, tem um fluxo de saída; se tem algum valor flutuando entre isso aí, provável sonegação. Como é que é dada a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

rotina de fiscalização do confronto entre venda de cartão e emissão de nota com os postos de combustíveis?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Cartão de crédito já tem outro segmento. A gente trabalha mais com a parte de combustíveis. Essa parte de cartão de crédito tem um segmento específico que trabalha só com essa emissão de cartão de crédito. As administradoras, elas são obrigadas a emitir para a receita estadual todo o movimento, e eles vão fazer o confronto se realmente o volume estar batendo com o volume de quem está declarando, ali no cartão de crédito, com o volume de venda dele. Isso quem faz tem uma gerência especial para fazer isso aí. A gente não faz esse confronto, não. Essa gerência, ela é dentro da Sefaz? Na própria Sefaz”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Porque a operadora, realmente, tem a obrigação de enviar para o estado o fluxo de caixa. Vou ver aqui a segunda pergunta. Hoje tem uma escala de auditores que fazem essa fiscalização. Essa escala é dada por distribuição, é dada por setor ou por região de atividade? Como é que é feito hoje esse fluxo dos auditores que são responsáveis pelas fiscalizações dessa parte específica de posto dos combustíveis?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “No serviço público, a gente sabe que vai de acordo com a gerência. Já teve gerente que trabalhou em relação à gerência. Auditor tal é responsável pela primeira gerência – João Pessoa, eu já fui responsável pela de Guarabira. Hoje não. São poucos auditores, então eu posso pegar para fiscalizar um posto que está aqui em João Pessoa, posso pegar de Campina Grande, posso pegar de Cajazeiras. Quem vai distribuir isso é a gerência. Existe uma malha, a malha vai chegar e vai dizer assim: ‘Olha, esse posto aqui já teve um problema dele de declaração de nota fiscal, então vou botar isso para vocês’. Não tem um sistema fixo. Tem 10 ordens de serviço para fiscalizar posto de gasolina, aí ela vai colocando”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Então é aleatório?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “É aleatório. Vai chegando, vai entregando”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Não tem responsabilização do setor, região?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Não, não existe”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Entendi. Me veio um pensamento aqui agora. Então o senhor falou que hoje as usinas, as distribuidoras, elas praticamente consomem todo o combustível produzido pelas usinas, todo estoque de etanol. Por exemplo, vamos supor que a usina produz aqui 2 milhões de litros de combustíveis e aí as distribuidoras que operam dentro de João Pessoa, são todas em João Pessoa?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Tudo em Cabedelo, todas elas”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Então elas vão lá e compram todo esse estoque das usinas, impossibilitando que os postos unilateralmente tenham acesso a isso. Então pode se entender que as distribuidoras monopolizam a compra do combustível perante as usinas”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Isso”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “É uma monopolização, porque se elas não permitem que seja mantido um fluxo que não vem através delas, tenha que vir, ou seja, elas monopolizam que todo combustível comprado pelo posto de gasolina tem que ser através dessas distribuidoras”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Porque a própria ANP, até março/abril, exige que as distribuidoras fechem o contrato do consumo dela anual. Então as distribuidoras já fazem o contrato com a usina e já compram o etanol anidro também que vai ser misturado à gasolina. Então já fecha um contrato”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Entendi. Então assim, estou replicando que os postos não têm condições. Por exemplo, eu sou um posto de bandeira branca, eu quero comprar o combustível diretamente na usina, e eu não consigo, porque as distribuidoras



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

esgotam anualmente o fornecimento”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Na verdade, não esgota, porque as usinas da Paraíba, em reuniões, elas não conseguem fabricar todo o etanol consumido na Paraíba. No ano passado, o estado da Paraíba consumiu, só para quem não entende, o Brasil consome gasolina C. A gasolina C é uma mistura da gasolina A, que é a gasolina pura, que é produzida na refinaria, que é misturada ao etanol anidro, que é produzido pelas usinas. O etanol hidratado é o etanol que a gente coloca no carro flex, é diferente. O etanol anidro é quase 100% de álcool e o hidratado é 96,5% com um pouquinho de água, no caso 96% de álcool e 3% de água. É a diferença. Então esse etanol anidro, que eu estou falando consumido, é o etanol anidro. E a Paraíba, em 2024, consumiu 230 milhões de litros. Desses 230 milhões, a Paraíba só conseguiu produzir 170 milhões. Independentemente, a Paraíba tem que pegar de fora, não tem para onde correr. Então o que eu estou dizendo é o seguinte, a distribuidora além de comprar da usina, porque a usina não fornece todo, ainda tem que comprar anidro de fora”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Então aqui vai ser uma dúvida para saber se o senhor pode ajudar. Então poderia, por exemplo, o estado fazer uma parceria, fazer um convênio com as usinas para que uma porcentagem desses combustíveis fosse direcionada para a compra direta pelos postos de combustíveis desse álcool? Isso seria viável? Por exemplo, mesmo ele não conseguindo produzir uma capacidade total, mas vamos supor desses 170 milhões de litros, 20 milhões desses litros desse álcool serão destinados para compra direta pelos postos de combustíveis?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Mas isso que eu estou falando de 170 milhões, é o anidro que é misturado da gasolina. O que a gente está conversando é do hidratado, de pedir diretamente para os postos”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Aí se o posto compra direto e ele não participa do fluxo da distribuidora, logo a distribuidora não vai ter o lucro em cima daquele combustível. Ele compra direto e seria viável. Fica assim, como sugestão para o Estado”. **O Sr. Antônio Carlos Borges disse:** “Eu concordo com você. Eu acredito que o estado pode dizer que não vai intervir no mercado, porque, nesse caso, ele vai intervir no mercado. Ele não pode obrigar uma distribuidora ou uma usina a vender para distribuidora”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Ele pode fazer uma permuta com a questão fiscal, redução fiscal”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Pode, com certeza, mas o que vários postos ligaram lá para Sefaz, eles alegam que não conseguem para as usinas, e quando ligam para as usinas pedindo para comprar o etanol hidratado, já está tudo vendido”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Já está tudo comprometido. Os auditores são responsáveis pelo repasse dos relatórios de fiscalização. Então, eles fazem esse fluxo aleatoriamente pela localidade e qual é a frequência desse fluxo? Com qual frequência existe uma periodização de fiscalização que espontaneamente os auditores vão lá, fiscalizam os postos ou se isso só acontece através de provocação?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Já existe na Secretaria, todo mês cada auditor pega um posto de fiscalização, mas existem as atuações. Geralmente é alguma denúncia, existem as denúncias e aí a gerente vai designar algum auditor para fazer aquela fiscalização. ‘Ah, tem uma denúncia que o posto tal, lá no Conde, está comprando o combustível da usina que vai chegar a tal hora sem nota fiscal’, aí vai a viatura para lá. Existem essas operações também, mas periodicamente cada auditor pega um ou dois postos mensais para fazer o confronto, o batimento dessas notas de entrada com saída, para ver se tem algum estoque descoberto”. **O Sr. vereador Tarcísio**



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Jardim disse: “No último ano, nesse ano 2025, os postos receberam fiscalização do Estado? Se sim, quais foram autuados? Teve algum posto que foi autuado por sonegação, por algum tipo de manipulação de nota ou de fluxo de mercadoria?”. **O Sr. Antônio Carlos Borges** disse: “Não. É o que eu falei para vocês: a grande maioria, 99% das autuações que nós fazemos são autos de infrações por notas fiscais não lançadas, por descumprimento de obrigações acessórias, não é por ICMS, como eu falei. Porque o ICMS é todo pago já na cadeia, então é muito difícil você pegar um estoque descoberto, alguma coisa assim. Por enquanto, não pegou ainda”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Entendi. Era basicamente isso, Presidente. Como não teve nenhum tipo de auto de infração de nota fria, recolhimento, nada, eu me dou satisfeito”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Eu gostaria de fazer uma linha de pensamento justamente porque a CPI aqui trata de combustíveis que a gente entende que, de repente, donos de postos podem se reunir, controlar o mercado e, por controlar o mercado, alinham um preço, não é isso? E a gente entendeu aqui que as distribuidoras controlam o etanol. Foi o que a gente recebeu de informação, que desde 2017 pode ter uma venda direta para os postos de combustíveis, mas aí as distribuidoras controlam esse mercado. Então, o que eu gostaria de sua análise é o seguinte: com essa confirmação de que elas fazem os contratos anuais direto com as usinas, absorvendo assim o volume do etanol e travando o acesso de postos à compra direta, a Receita Estadual já avaliou se essa estrutura contratual configura uma barreira privada da concorrência que impacta diretamente ao preço final do consumidor? E, mais importante, existe algum estudo, alerta ou regulatório interno que trate desse risco de concentração econômica ou a Secretaria nunca analisou esse ponto crucial? Porque a gente está falando, sim, que a distribuidora tem um grande monopólio que varia, já que o etanol hoje cada vez mais cresce na gasolina, inclusive, que controla o mercado”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Não, olha só: O que eu falei do contrato da ANP, que a ANP exige, é do etanol anidro que é misturado à gasolina. É justamente para garantir a produção de gasolina no Estado da Paraíba. Por exemplo, a gente produz aqui 500 milhões de litros de gasolina, então quantos milhões de litros de anidro são necessários? Então, a distribuidora tem que fazer logo um contrato com a usina para garantir o etanol anidro, que vai ser misturado aquela gasolina. Em relação ao hidratado, que eu falei que ela vende, que ela só vende mais para distribuidora, não existe contrato, eles não fazem contrato prévio, não. Elas vendem, são livres para vender no mercado, a usina vende ou para distribuidora ou para posto de gasolina. Todas as vezes que os postos ligaram querendo comprar o etanol hidratado, porque o posto não compra anidro, só compra hidratado, eles diziam que as usinas diziam para eles que o estoque dela já estava todo vendido. E os usineiros falaram para a gente, em reuniões, que é muito melhor para eles vender para uma distribuidora, que eles vendem um caminhão de 50.000 litros, do que pegar um caminhão e vender para 10 postos de gasolina diferentes. Então, por isso que a venda em relação ao hidratado e não relação ao anidro”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão** perguntou: “Entendi, Vossa Senhoria falou aqui que recebe muitas ligações dos donos de postos de gasolina fazendo queixa. Essas queixas elas são diárias?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Não, são bem pequenas, são poucas, pouquíssimas. Logo quando lançou mesmo, quando entrou em vigor a lei, foi quando teve aquele burburinho, mas hoje em dia pouquíssima gente liga, liga muito pouco”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão** disse: “Vossa Senhoria tem ciência do trabalho do



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Procon Municipal e Estadual e tem notado Júnior Pires, do Procon Municipal, constatando várias irregularidades nos postos de gasolina? Tem conhecimento disso?”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “Não, porque existe a gerência que fica mais ligada com o Procon, porque é a parte de fraude e eles ficam mais ligados. Só quando tem alguma operação conjunta, uma operação integrada com Procon, Ministério Público, Sefaz, aí é que nós temos contato com ele. A gerência que tem contato mais com eles é outra gerência, não é a gente”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão** disse: “Eu estou fazendo essa pergunta, porque o Procon sempre encontra irregularidades e até sonegação fiscal nos postos de gasolina, adulteração. Um dia desses foi botar 20 litros e saíram 22. É por isso que eu faço essas perguntas”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** disse: “É o que eu falo para o senhor, cada órgão tem a sua competência. Essa parte de aferição das bombas, de você colocar 20 litros e está 18, isso aí é o Inmetro que faz essa verificação, a gente não faz essa verificação. Sobre a qualidade de combustível: ‘Ah, eu fui botar a gasolina e não tinha 30% (trinta por cento) de anidro, tinha 40’. Não é a gente que faz isso, isso é ANP que faz o teste da gasolina e verifica isso. Hoje em dia não tem mais convênio do estado com a ANP, quem faz é a ANP, o Inmetro faz a dele, o Procon faz a dele. Agora, com certeza, se o Procon achar alguma irregularidade no posto em relação à sonegação, aí eles vão acionar o estado e, com certeza, a Sefaz vai mandar algum auditor para verificar esse posto de gasolina”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão** disse: “Eu só fiz essas perguntas a Vossa Senhoria, porque Vossa Senhoria aqui defendeu muito os donos de postos de gasolina e botou mais a culpa na distribuidora e refinaria”. **O Sr. Antonio Carlos Borges** completou: “Quero dizer para o senhor é que o ICMS de toda cadeia, ou quem paga é a refinaria ou quem paga é a distribuidora. A responsabilidade pelo recolhimento. O que pode acontecer são os postos de gasolina, quando tem alguma denúncia de algum caminhão que vai vender sem emissão de nota fiscal. Porque, olhe só: se eu estou vendendo 100.000 litros de combustível já com ICMS recolhido, já para a Paraíba, antecipado pela refinaria, o que tem naquele posto de gasolina, se vai ter, não vai ser combustível. Ou ele vai colocar alguma coisa ou ele vai comprar algum combustível sem nota fiscal ou então ele vai colocar um algo além do que é permitido. E aí, a gente vai pegar no quantitativo, a gente vai chegar no quantitativo e vai dizer: olha você está aqui com 5.000 litros a mais do que seu estoque. Já aconteceu? Já, uma vez só, mas o que eu estou dizendo é o seguinte: o posto de gasolina, se pegar uma sonegação, a culpa é do posto. O posto tem que pagar, tem que botar e tem que jogar como determina a lei. Eu jamais vou defender posto de gasolina, não. Porque o posto de gasolina não é o contribuinte, o contribuinte é a refinaria. A partir do momento, quando entrou o ICMS monofásico, a grande mudança foi essa. Agora nós só temos um contribuinte que é a refinaria. A distribuidora não é mais contribuinte, o posto de gasolina não é mais contribuinte, agora é a refinaria. Qualquer imposto que tiver sonegado nessa cadeia a gente vai cobrar da refinaria”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão** agradeceu mais uma vez as presenças dos dois auditores-fiscais, que foram dispensados.

Nesse momento, as perguntas passaram a ser dirigidas ao Sr. Júnior Pires, secretário do Procon.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. vereador Valdir Trindade iniciou os questionamentos dizendo: “Queria saber de Vossa Excelência, se o Procon já teve acesso a provas ou indícios concretos de combinação de preços entre postos de combustíveis de João Pessoa?”. **O Sr. Júnior Pires** disse: “A pergunta é se haveria provas? Se a gente já tinha acesso a algumas provas sobre a questão de cartelização, não é isso? Bom, vereador, provas concretas da combinação de preços nós, no Procon, não conseguimos ter ainda. O que é que a gente pode dizer? E na minha primeira participação aqui, eu coloquei dessa forma, e nos relatórios que foram fornecidos a Vossas Excelências também a gente colocou dessa forma. Há indícios de uma possível padronização desses preços. Quando a gente pega os números e verifica que do número total de postos aqui na nossa cidade, cerca de 80, quase 80%, não me recordo o número exato, mas quase 80% dos postos aqui amanheceram o dia com o mesmo preço, no mesmo tempo, de uma noite para uma manhã. Então, assim, é no mínimo estranho, causa estranheza. E aí acho que, por isso também, o objetivo da CPI da gente tentar elucidar. A indícios, vereador, há indícios do que pode estar acontecendo isso. Provas cabais, digamos assim, ainda não conseguimos produzir”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “É certo que vocês têm esses relatórios em mãos, de todo o processo investigativo, fiscalização. Essas informações são repassadas para a Polícia Civil, para o Ministério Público ou vocês as guardam como base de dados do Procon?”. **O Sr. Júnior Pires** disse: “A gente repassa. Dessa última agora, da Margem Explosiva, a operação do Procon, a gente ainda não fez esse repasse porque os processos ainda estão sendo finalizados. Então, a partir do momento que houver a finalização, a gente vai encaminhar, sim. No passado, que foi aquela investigação das distribuidoras, que a gente já repassou aqui para vocês, a gente já fez esse repasse para eles já, desde o ano de 2023. Nessa, de agora, ainda não, porque a gente ainda está finalizando o relatório, mas vamos, sim, passar tanto para o Ministério Público quanto para a Polícia Civil também. Inclusive, nós tivemos uma operação em conjunto agora com o Ministério Público, foi a da Black Friday. E nessa operação, nós, inclusive, discutimos sobre isso. Eu me comprometi lá com os fiscais do MP-Procon que a gente pudesse repassar esse relatório”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “Quando você falou de uma operação anterior a essa, você já obteve, o Procon já obteve alguma resposta dos órgãos que foram repassadas as informações?”. **O Sr. Júnior Pires** disse: “Ainda não. Nós fizemos a entrega desses relatórios. Foi o mesmo que entregamos aqui também a Vossas Excelências. Foi aberto um inquérito à época. Nós chegamos a ser ouvidos, a época o secretário Rougger, eu fui acompanhando o secretário Rougger e a superintendente dr^a. Késsia, do Procon estadual, também foi ouvida nesse inquérito, mas até então ainda não foi nos passado nenhum resultado, não”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “As informações que repassaram, todas eram registradas no Procon?”. **O Sr. Júnior Pires** disse: “Sim, sim. Foi passado. Eu particularmente participei dessa reunião com a Polícia Civil. O Ministério Público à época foi o secretário Rougger e a superintendente dr^a. Késsia, da Polícia Civil eu estava presente, foi se protocolado, foi aberto um inquérito. Acho que o vereador Tarcísio já tem, inclusive, o número desse inquérito, mas não foi nos passado nenhum resultado ainda, não”. **O Sr. vereador Fábio Carneiro** disse: “Secretário Júnior Pires, eu tenho observado, pode ser até uma impressão minha, mas, nos últimos meses, após a instalação dessa CPI, aumentou a fiscalização nos postos. Isso foi devido a denúncias da população, de uma forma geral, até o alinhamento de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

preço que ocorreu, que deu vida a essa CPI, e de lá para cá, na sua concepção, se houve uma mudança de comportamento nos postos de combustíveis, se eles estão mais cuidadosos, de uma forma geral? Eu queria que Vossa Excelência desse uma explanação desse comportamento dos postos, dos proprietários, dos preços, se houve um alerta maior da sociedade também para que fique vigilante sobre a questão de cartel, como foi denunciado aqui nessa CPI. De uma forma geral, nessa conjuntura, como Vossa Excelência vê, se existiu essa mudança em relação a essa fiscalização e ao comportamento dos postos de combustíveis?”. **O Sr. Junior Pires** disse: “Bom dia, vereador Fábio. Com relação ao aumento, digamos assim, das fiscalizações, na verdade, desde quando nós assumimos o Procon, no mês de fevereiro, a gente iniciou um processo de capacitação. A gente tinha um padrão de fiscalização que era diferente do que está sendo praticado agora. Não que fosse errado o anterior, mas existem melhorias, métodos mais eficientes e mais efetivos para você pegar fraudes como a gente tem pego. Mas a gente não podia colocar isso na rua de toda forma, a gente precisava capacitar os nossos fiscais, a nossa equipe, fazer aquisição de material, material de testagem, tanto a testagem de volumetria quanto a testagem de qualidade. O Procon não tinha isso. Além de capacitar os fiscais, eu viajei pessoalmente ao Rio de Janeiro, onde temos o secretário João Pires, que hoje é referência no país nesse tipo de fiscalização. A gente foi acompanhar o dia a dia deles, ficamos uma semana lá capacitando os nossos fiscais para isso, adquirimos os materiais e foi quando a gente fez aquela primeira fiscalização, que Vossa Excelência citou, e a Câmara, muito ativa e vigilante, instaurou a CPI. Coincidiu com o tempo das capacitações e a chegada dos materiais. Evidentemente, a sociedade, com a chegada da CPI, e eu louvo demais essa iniciativa de Vossas Excelências, porque trouxe à luz para a sociedade um tema que vivia um pouco esquecido, e naturalmente a sociedade cobra mais também. Então, é um conjunto. Vossa Excelência falou das denúncias do aumento. Sim, aumentou bastante, a população tem buscado mais, acredito que está vendo que os órgãos estão trabalhando, cobrando, funcionando, e ela sente mais confiança de nos demandar. E aí, vem aumentando e a gente colocou esse novo modelo de operação nas ruas. Acredito que há dez dias, a gente iniciou com os novos materiais, com as atualizações dos fiscais e vem fluindo bastante. Com relação ao cenário, eu acho que melhorou com relação aos preços. O objeto da CPI, e me corrijam se eu estiver equivocado, mas o objeto aqui foi mais com relação aos preços – a combinação de preço, a precificação. E com relação aos preços, houve uma melhora significativa. Inclusive, logo após a CPI vir à tona, as fiscalizações, enfim foi reduzido o preço. Havia tido aquele aumento de quarenta centavos (R\$ 0,40), e logo depois houve uma redução, então isso já foi um grande avanço. Hoje, a gente tem um congelamento de preço que já ultrapassa sessenta (60) dias, então bate, mais ou menos, com o início da CPI. Há quase dois meses que os preços estão congelados, em alguns postos sofreram, inclusive, redução, mas, claro, teve aquela redução da Petrobras, e a gente teve uma média de redução entre oito e dez centavos (R\$ 0,08, R\$ 0,10). Já com relação à questão da volumetria do combustível e da qualidade, as fraudes, mais comuns no mercado, aí nós não conseguimos avançar, é o que eu tenho notado nessas fiscalizações que a gente tem feito. Para vocês terem uma ideia, de seis postos que a gente fiscalizou, nós iniciamos semana passada, cerca de dez dias, visitamos já seis postos com esse novo modelo de fiscalização, dos seis, três foram interditados. Então, cinquenta por cento (50%) dos postos fiscalizados foram



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

interditados por fraude, seja fraude da bomba baixa, seja fraude na qualidade do combustível. É um número preocupante. O que a gente vai encontrar daqui para frente? Então, o cenário hoje é esse, a gente vai continuar com as fiscalizações, não sei o que pode vir pela frente, mas sei que a gente vai continuar. Parabenizo Vossas Excelências pelo trabalho e peço o apoio para que a gente possa entregar um resultado efetivo para a sociedade”. **O Sr. vereador Fábio Carneiro** disse: “Só mais um questionamento. Nós estamos assistindo no noticiário nacional que existe uma [inaudível] dos caminhoneiros. O Procon nosso está atento? Porque todas as vezes que ocorre essa greve, historicamente, existe um aumento nos preços dos combustíveis. O Procon já está vislumbrando uma fiscalização especial, caso ocorra? E se o Procon já tem noção de como vai agir, caso ocorra um aumento de combustíveis aqui na cidade de João Pessoa por conta desse fato”. **O Sr. Junior Pires** disse: “É preocupante. Eu acompanhei pela imprensa, desde ontem, essa questão de uma possível greve. Hoje pela manhã, inclusive, enquanto estava aqui, recebi notícia do presidente do Sindicato dos Caminhoneiros da Paraíba, que negou e disse que a Paraíba não vai aderir a essa greve, mas a gente está acompanhando. Evidentemente, a gente já tem pensado, desde ontem, como atuar, principalmente com relação a uma possível escassez do combustível. E aí, vem aquela questão do aumento injustificado, especulação de preço e uniformização de preço, que, Presidente e relator, vereador Tarcísio, eu acho que a gente precisa estar, todo mundo, atento, porque isso pode ser uma coisa que estoure nos próximos dias e a gente vai precisar do apoio de vocês. Mas, sim, respondendo à pergunta, a gente já está pensando em como atuar nesse sentido. Inclusive, hoje pela manhã, antes de vir para cá, a gente já estava dialogando sobre uma escala de servidores lá, para a gente montar um plantão, caso ocorra, porque, se parar verdadeiramente, a gente sabe que vai acontecer o que já aconteceu no passado: uma possível escassez do produto. E aí a gente vai precisar colocar todas as equipes nas ruas para que não haja aumento de preço injustificado, não haja especulação e para que o consumidor não sofra, mas realmente a gente torce para que não ocorra, porque serão tempos difíceis”. **A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho** disse: “Minha pergunta, o secretário Júnior já respondeu, que era referente às fiscalizações, às principais irregularidades encontradas, e só para fazer um adendo aqui, eu queria também perguntar o que o secretário acha da criação do Observatório Permanente de Combustíveis aqui na Casa, porque quando a CPI foi instalada conseguimos, é notório, a redução do preço, conseguiu estabilizar também essa questão de aumento sem justificativa. Então, acredito que isso possa ser um encaminhamento da CPI, com a criação do Observatório aqui na Câmara, porque eu acredito que vem fortalecer o debate, a fiscalização, e o que o senhor acha? Essa é a minha visão e gostaria de compartilhar da sua visão também diante desse cenário”. **O Sr. Junior Pires** disse: “Sem dúvida, eu aprovo, acho que vem para somar. Quanto mais órgãos do poder público a gente tiver observando, fiscalizando, sem dúvida, é uma boa. O Observatório vai trazer um acompanhamento para a Câmara, para a sociedade, para a gente também, e a gente integrar essa comunicação. Sempre que o Observatório notar algo que ali fugiu um pouco do padrão, comunicar para que a gente possa atuar. Sem dúvida, eu acho uma excelente iniciativa. Acompanho a propositura da vereadora e parabenizo. Vai somar muito”. **A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho** disse: “Eu aproveito para parabenizar Vossa Excelência pelo trabalho que está sendo realizado à frente do Procon e também pelo seu compromisso com essa Casa, sempre



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

disponível e sempre solícito a nos receber, tanto no Procon quanto a estar aqui conosco. Então, parabéns pelo trabalho que o senhor tem realizado e pelo compromisso que o senhor tem com a gestão pública”. **O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa** disse: “Bom dia, secretário Júnior Pires. Primeiro lhe parabenizar pelo trabalho que o senhor vem fazendo nos postos, nessa fiscalização aí grande, agradecer pelo respeito que o senhor tem com essa Casa, em todos os eventos referentes ao direito do consumidor o senhor nos convida, até porque eu estou como presidente da Comissão dos Direitos do Consumidor e antes mesmo de a gente implantar, de apresentar a CPI aí na Câmara, a gente em conjunto, tanto eu lhe convidei, você me convidou, e a gente foi fazer as fiscalizações nos postos, quando houve o primeiro reajuste, para baixar o valor, e a gente foi em alguns postos. Então lhe parabenizar, continue com esse trabalho. É muito importante que o consumidor acredite realmente no Procon e que exista um órgão que possa defendê-lo. Então, somente esses são meus parabéns. E a pergunta, Júnior, é sobre a questão, por exemplo, antes de começar a CPI, a gente teve um aumento aí, acho que foi de 80 postos, alinharam o preço, depois eles voltaram a baixar o valor. Eu queria saber de você, de Vossa Excelência, o seguinte: hoje quantos postos estão alinhados em João Pessoa, se você tem essa resposta, essa pesquisa”. **O Sr. Junior Pires** disse: “Bom dia, vereador Guga, agradecer pela deferência de Vossa Excelência, é recíproco. Respondendo à pergunta, nós temos esse levantamento, eu só não tenho aqui de cabeça porque são mais de 120 postos agora e seria impossível eu conseguir relatar, mas a gente tem esse levantamento, sim, através da pesquisa semanal que a gente faz. Eu posso pegar aqui a última pesquisa aqui durante mesmo a sessão e passar para Vossas Excelências. A gente tem esse levantamento, sim”. **O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa** disse: “Eu não posso dar os parabéns somente a você, tenho que parabenizar também a comissão da CPI, todos, ao Presidente, ao relator e todos os integrantes que vêm fazendo um trabalho bom. Eu tenho certeza que, no final disso, quem vai ganhar de verdade é o consumidor, é o povo de João Pessoa. Estou satisfeito, Presidente”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Vou fazer uma pergunta mais voltada aqui ao pessoal da Receita: o Procon identifica indícios de preços padronizados, ok, secretário, mas a Fazenda só age por denúncia. Essa falta, de repente, que eu senti aqui deles, de interação entre os órgãos, não facilita, na sua visão, irregularidades tributárias que passem despercebidas?”. **O Sr. Junior Pires** disse: “Sim, sem dúvida, vereador, essa integração é necessária; acontece que a Sefaz, como o próprio auditor citou, ela atua mais na questão fiscal, e muitas coisas que ele mesmo relatou, o próprio Procon faz, como a pesquisa de preço, a identificação da precificação. Então, tudo isso a gente já tem um setor lá, que é o de pesquisa e estatística, por isso, às vezes, não demandamos tanto à Sefaz, porque já temos um setor próprio. Agora, sem dúvida, há itens que verificamos na fiscalização para tentar encontrar fraude fiscal e, quando identificamos, é comunicado, sim, à Sefaz. Por exemplo, verificar se o CNPJ emitido na nota fiscal é o mesmo autorizado pelo alvará e pela ANP para comercializar combustível. Então já houve casos em que encontramos irregularidades e fizemos o encaminhamento para Sefaz. E sempre que há necessidade dialogarmos, inclusive, com o Procon Estadual, que faz parte do Governo do Estado, geralmente fazemos em conjunto, então há, sim, essa integração”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Para finalizar minha participação com o senhor, já que estamos na reta final da CPI, avaliando e ouvindo outros Procons, na semana passada tivemos 29 postos que amanhecaram



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

com o mesmo preço, um forte indício de alinhamento, e o Procon municipal e o estadual identificaram esses indícios repetitivos. Então a pergunta que fica é: o Procon envia tantos relatórios, assim como já houve investigações em CPIs passadas, e isso não resulta em uma ação concreta por parte dos órgãos competentes? Nós vamos, obviamente, após essa fase, vamos entregar relatório ao Ministério Público, à ANP e a outras instituições, mas, na sua experiência, por que esses relatórios não resultam em ações concretas?”. **O Sr. Junior Pires** disse: “Olha, com todo respeito a Vossa Excelência, mas essa pergunta tem que ser feita a eles. Eu, sinceramente, não sei responder. O que posso dizer é que, no que compete ao Procon Municipal, no tempo em que estou lá, temos feito as autuações administrativas, interdições quando necessárias, suspensão de serviços, aplicação de multas, enfim, tudo o que compete a nós, fazemos, concluímos com relatórios e enviamos. A partir daí, cabe aos órgãos que recebem o material adotarem as medidas”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Essa parte a gente entende que vocês estão fazendo, assim como nós estamos fazendo a nossa. Mas aí o retorno ainda não teve?”. **O Sr. Junior Pires** disse: “Particularmente, não obtive retorno. No tempo em que estou à frente do Procon, também não recebemos resposta. Como disse, com relação ao Ministério Público, não participei na época, porque quem participou foi o secretário Rougger e a superintendente dr.^a Késsia. Assim como, na época, foi entregue ao Ministério Público, mas também foi entregue material ao CAD, à Secretaria Nacional do Consumidor, ao Ministério da Justiça e à Polícia Civil. A da Polícia Civil eu participei, estive presente tanto na entrega do relatório quanto na oitiva da dr.^a Késsia e do dr. Rougger, mas resposta, até hoje, não tivemos”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Faço essa pergunta, justamente, para quando finalizar a CPI, entregarmos os relatórios e fazermos esse trabalho político, vamos dizer assim, que façamos o acompanhamento para que possamos ter as respostas”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Bem importante. E só para confirmar o que o secretário Fábio Lopes, a gente, inclusive estava falando lá atrás, que um dos objetivos e dos trabalhos fortes da nossa CPI vai ser, quando isso aqui acabar, a gente monitorar e trazer também a sociedade para perto para mostrar que a CPI fez o trabalho, nós entregamos o nosso relatório, confirmado por aqui, foi uma confissão tanto do Sindipetro como do representante de uma rede de postos, de que o preço é dado pelo bel prazer da concorrência. Então não é a gente que está dizendo, eles confirmaram, e os indícios confirmam, as autoridades, Ministério Público e Polícia Civil vão atrás da materialidade, os indícios de autoria já estão aí com confissões de pessoas do mercado, e aí a gente vai ter que mostrar para a sociedade que a Polícia Civil vai ter que continuar com as investigações, vai ter que, sim, iniciar um processo investigativo para materialização dos indícios e o Ministério Público também. E aí, nós, mesmo após cessar a comissão, vamos mostrar para a sociedade que estamos em cima, prestando atenção no que as instituições deverão fazer. E no mais, só agradecer, Júnior, a você, meu irmão, mais uma vez por estar aqui presente, pelo trabalho que você vem fazendo. Estou vendo, inclusive, uma crescente muito grande da sua rede social, isso é bom, porque a população fica sabendo do trabalho, a população precisa estar informada. Acho que por conta justamente de muito desgosto que a população já teve, do serviço público e da política, se afastou um pouco disso, e é importante a população estar presente, porque a população traz denúncia, a população vê quem trabalha e quem não trabalha, a população vê quem está falando a verdade e quem está só fazendo politicagem.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Então fico feliz de ver o Procon efetivamente nas ruas, que é o que a gente espera, a população espera os políticos na rua, não só em época de campanha. E dos órgãos institucionais também, a população quer ver fiscalizando e fazendo valer o direito de cada consumidor. Então, era só para lhe parabenizar porque eu também acompanho de perto ali, estou sempre olhando o trabalho do Procon através das redes sociais. Me dou por satisfeito”.

O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão, fazendo agradecimentos, disse: Só para agradecer a Júnior Pires, a presença, mais uma vez aqui, desse guerreiro que trabalha a favor do consumidor da nossa querida João Pessoa. Dizer ao nobre relator Tarcísio Jardim que nós já estamos finalizando o nosso relatório para ajudar Vossa Excelência, que eu sei que já tem um relatório brilhante, mas só para abrilhantar mais ainda, os membros da CPI, já que estamos chegando aos finais. Nós já temos aqui mais ou menos as nossas conclusões. Dizer que a escolha do relator foi uma escolha certa, porque se trata de um cara que é um policial, é um homem íntegro, de altivez, honesto, direito, como todos nós aqui. Agradecer a essa guerreira Jailma, que é a única mulher que participa da CPI, que eu acho que é a primeira mulher que participou de uma CPI, aqui na Câmara Municipal de João Pessoa, que também tem feito o seu brilhante trabalho na CPI, preocupada, atenta. E ao nobre vereador Fábio Carneiro, que também tem conduzido as suas perguntas com maestria e com determinação. Ao pastor Valdir Trindade, o bravo de João Pessoa, o pessoense, nosso vereador que está contribuindo muito com a CPI, com João Pessoa. Um grande vereador, um grande amigo de todos – você é um cara e tanto. Ao nosso secretário Fábio Lopes, também outro que tem demonstrado serviço com suas perguntas, com suas ideias brilhantes e que nos tem dado bastante prazer em tê-lo aqui, secretariando o trabalho. Você é um grande vereador. No seu primeiro mandato, você já está dando um show. E Guga Moov Jampa, não poderei esquecer que tudo começou com ele. Guga foi o primeiro vereador a pegar a bandeira da CPI e foi para frente. Um grande guerreiro. Tudo começou com você, Guga. Você é o principal ator dessa grande CPI que eu sempre disse, e o relator e todos nós, que ela não acabará em pizza. Muito obrigado a todos. Dia 17 cai numa quarta-feira? Eu vou passar para Tarcísio Jardim falar”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Só para deixar constado, próxima quarta-feira, essa agora, a outra, dia 17, a gente vai estar fazendo nossa última sessão da CPI. Então solicito aos membros que, dentro do prazo mais breve possível, entregue os relatórios que cada um fez para que eu faça a junção, a justaposição, e a gente componha o relatório final. Então, na próxima sessão é entrega, votação do relatório final, e a gente dá por encerrada a CPI, daqui a 15 dias – que a gente tem que ter esse prazo, é o prazo regimental para a gente poder fazer a apresentação do relatório, e aí a gente encerra e vamos continuar os trabalhos, mas monitorando as atividades, o decorrer disso aí com a Polícia Civil e o Ministério Público”. **O Sr. vereador Fábio Lopes** disse: “Só complementando sua fala, agradecer a equipe que está aqui sempre assessorando e, em especial, a equipe dos nossos gabinetes, que também foi toda uma experiência nova – de todos os vereadores aqui, que cada um fez seu pedacinho. Tem Daiana aqui, que está representando meu gabinete, tem um pessoal que está em casa, e todos eles tiveram que cair em campo e foi uma grande experiência que, sem eles, essa CPI também não andaria”. **O Sr. vereador Tarcísio Jardim** disse: “Aproveitar para parabenizar Vossa Excelência, nosso Presidente. Com toda a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

sua calma, toda a sua solidez, o seu bom entrosamento com a Comissão, depois de ter aquelas intempéries, que a gente teve no início, toda aquela celeuma, caiu no seu colo essa missão. Missão a gente não escolhe, missão a gente cumpre. Então você não hesitou, levou a presidência dessa Comissão com maestria. Acho que você trouxe harmonia e trouxe equilíbrio com esse seu jeito moderado de ser, esse seu jeito aglomerador, que gosta de compor as pessoas. Então eu o queria parabenizar pelo modo como você levou – não é despedida, não, que a gente se despede na outra, mas tem que registrar. E eu não vou dizer que surpreendeu, porque você não está aqui nessa Casa à toa. Quem está aqui tem a capacidade de levar o trabalho que foi colocado. Mas o senhor foi, de bom agrado, uma grata aquisição que a nossa Comissão teve. Então parabéns, Presidente”. **O Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão**, disse: “Gratidão, e amigos para sempre!”. **A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho** disse: “Presidente, eu não podia deixar também de registrar. Disse a Vossa Excelência ali, na sala VIP, a grata surpresa que foi partilhar da CPI tendo a sua condução, uma pessoa democrática que escuta todas as pessoas, dá vez a todos que compõem essa CPI. Parabéns. Sigo o relator, o senhor conduziu com maestria, com muita sabedoria, resiliência também, com muita serenidade. Eu agradeço por poder partilhar desse momento, aprendi muito com Vossa Senhoria também. O mesmo estendo também ao gigante Tarcísio, a Vossa Excelência também, pela condução dos trabalhos. Não é fácil. A gente assumiu aqui uma grande missão. Fábio também, a todos os vereadores, a minha admiração, o respeito por poder partilhar essa construção com Vossa Excelência. Acho que aqui a gente aprende muito. Minha primeira CPI, desafiador, mas eu tenho certeza que vamos dar resultado à sociedade – já estamos dando. A CPI já vem dando resultado à cidade de João Pessoa, porque tem sido conduzida com muita seriedade e com muito respeito. Aos funcionários, aos servidores da Casa, toda nossa gratidão por sempre estar junto, dando o devido suporte. Parabéns, Presidente”. **O Sr. vereador Valdir Trindade** disse: “Presidente, dizer aqui a Jailma que a CPI é experiência para todos nós. Todos nós estamos participando da primeira CPI. Presidente, parabenizar Vossa Excelência, parabenizar ao vereador Fábio Lopes, vereador Tarcísio, Jailma, Fábio Carneiro, Guga. Parabenizar a todos porque essa atuação dessa CPI vai levar para toda a população de João Pessoa relatórios, e eu tenho certeza que vai somar o conhecimento das pessoas, e saber que a Câmara Municipal não é a Câmara apenas de mídia, é uma Câmara de atuação de fato, de verdade. E essa CPI tem mostrado isso, trazendo pessoas aqui para serem sabatinadas, para serem ouvidas. Parabenizar aqui nosso amigo, secretário Júnior Pires, que tenho acompanhado nas redes sociais dele também, a atuação que ele tem feito na fiscalização, no direito do consumidor. Que às vezes, Júnior, muitos consumidores são lesados, e a atuação do Procon inibe muito isso, essa atuação maléfica de muitos comerciantes que tentam burlar e prejudicar os consumidores. Aproveitar também para parabenizar aqui aos assessores da Câmara Municipal – Janete, nosso amigo João, pessoal da mídia também, da imprensa da Casa, que tem feito essa cobertura da CPI. Está saindo tudo às mil maravilhas, Presidente. Nós vamos dar uma resposta, vereador Tarcísio, à população que precisa, sim, desse amparo desta Casa. Nós somos, para muitos, um amparo, uma resposta para a população. Somos os defensores, Júnior Pires, dos consumidores. Somos os defensores da população, principalmente daqueles que nos colocaram aqui, que cada um tem uma parcela aqui de eleitores da nossa João Pessoa. Parabéns a todos, obrigado”. **O Sr. vereador Fábio Carneiro**



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

disse: “Presidente, meus colegas, eu acredito bastante na força do parlamento, acredito muito na força de órgãos com fiscalizadores como o Procon. Eu já tenho uma certa experiência em gestão pública, já tinha participado de CPI como assessor técnico. na época que eu era da Assembleia Legislativa, servidor da Assembleia. Participei, na verdade, de duas lá: uma relativa a gastos de comunicação, na época do governo, e outra do arrombamento da barragem Camará, na parte técnica. E a Câmara Municipal deu uma resposta importante a sociedade de João Pessoa no que concerne, justamente, à fiscalização. Nós somos, acima de tudo, um órgão fiscalizador também. A minha luta nessa Casa é justamente para que nós, como parlamentares, tenhamos o reconhecimento da população. Eu acredito que o início foi difícil, como o vereador Tarcísio e meu colega relataram, mas tudo o que aconteceu desde o início foi necessário para o que está ocorrendo hoje. Depoimentos esclarecedores, relatórios, tenho certeza que serão bem realizados e fundamentados; perguntas encaminhadas a diversas autoridades, diligências, visitas aos órgãos de fiscalização, a exemplo do Ministério Público do Estado, onde fomos recebidos respeitosamente, não só pelo procurador geral de Justiça, mas por todos os outros procuradores que estavam naquela audiência. Enfim, nós engrandecemos o papel dessa Casa perante a sociedade. E acredito que a nossa missão não vai se encerrar com o relatório – a gente tem que continuar vigilante, independente de cores partidárias, se você é oposição, se é situação. E eu já quero parabenizar antecipadamente ao Presidente, ao relator, a todos os membros. Aqui não tivemos, como eu já vi em outras CPIs, vaidade do Presidente em espetáculos, de forma alguma. Conduziu com maestria, com responsabilidade. Alguns, no início, pensavam até que essa CPI seria uma espécie de politicagem, e não foi. Então eu fiquei muito feliz com toda a condução de Vossa Excelência, que nem precisou ser eleito, porque foi escolhido por unanimidade, quando chegou, e agora está saindo por aclamação do seu trabalho realizado aqui, como Presidente. E desde já, eu vou até já solicitar ao Presidente Dinho que repita, se tiver outra CPI – que eu espero que seja da Zona Azul – Vossa Excelência seja o Presidente, porque eu tenho certeza que nós vamos, ali, encontrar e fiscalizar muita coisa errada que está ocorrendo na nossa cidade. Eu já anunciei, eu estou tentando pegar as assinaturas dos meus colegas, mas eu estou guardando apenas o momento correto de chegar e conseguir essas assinaturas. E, para mim, será um prazer ter um presidente com seu calibre, da sua sensatez, novamente presidindo uma CPI em 2026, nessa Casa. Muito obrigado”.

Finalizando, o **Sr. Presidente, vereador Mikika Leitão**, nada mais havendo a tratar, às 12h40, agradeceu a presença de todos, marcou a próxima reunião da CPI para o dia 17 de dezembro, às 10h, e declarou encerrada a presente sessão.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa com base nos registros dos discursos proferidos, em arquivos de áudio e vídeo, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 03 dias do mês de dezembro de 2025.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)
PRESIDENTE